



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA Nº  
(ao PLP 175/2024)

Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 2º; acrescentem-se alínea “0” ao inciso I do *caput* do art. 2º e alínea “0” ao inciso II do *caput* do art. 2º; e suprimam-se a alínea “b” do inciso I do *caput* do art. 2º, a alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 2º e o art. 3º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 2º .....

I – a projetos de investimentos, observado o seguinte:

0) contemplar, alternativamente a projeto de grande vulto, conforme definido na lei do plano plurianual, ou projeto estruturante, nos termos do Parecer Preliminar, especificando-se o seu objeto e a sua localização;

.....  
b) (Suprimir)

.....  
II – .....

0) no caso de atividades ou operações especiais, restringir-se às modalidades de aplicação 30 (trinta - governo estadual ) e 90 (noventa - aplicação direta)

.....  
d) (Suprimir)

.....”  
.....  
“Art. 3º (Suprimir)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



## JUSTIFICAÇÃO

As emendas de bancada já são reguladas pelo Regimento Interno do Congresso Nacional, na Resolução 01, de 2006, em seus artigos 46 a 48. O Regimento Interno do Congresso Nacional é ordenamento jurídico previsto na Constituição Federal e mostra-se suficiente para ordenar o assunto.

Ademais, o engessamento de norma regimental em Lei Complementar, que necessita de quórum qualificado para sua aprovação nas duas casas do Congresso Nacional é, em nosso entendimento, fato que dificultaria a adaptação das regras orçamentárias à conjuntura econômica e política, prismas importantíssimos quando falamos de orçamentos públicos.

Sala das sessões, 11 de novembro de 2024.

